

# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

## Concurso Público



### Cargo 32:

### TARDE

Consultor Técnico Legislativo

Categoria: **Taquígrafo Especialista**

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA

- I 24/1/2006, a partir das 17 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005](http://www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005).
- II 25 a 27/1/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005](http://www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005), mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 14/2/2006 – Resultado final das provas objetivas e convocação para a prova prática de revisão de texto: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005](http://www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005).
- IV 5/3/2006 – Aplicação da prova prática de revisão de texto: em locais e horários que serão informados na respectiva convocação.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

**UnBC** **ESPE**  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- As siglas seguintes, quando usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; TJDFT = Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; STJ = Superior Tribunal de Justiça; STF = Supremo Tribunal Federal.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto para os itens de 1 a 7.

1 Sabe o leitor o que lhe trago aqui? Uma pérola. (...)  
 Pesquei-a agora mesmo na costa da Câmara Municipal.  
 Gosto daqueles mares, às vezes tempestuosos, às vezes banzeiros,  
 4 mas sempre fecundos. Dizem que há um plano de fazer desaguar ali  
 os rios Maranhão e Caiapó, contra todas as induções de geografia, e  
 a despeito das leis da hidráulica. Contanto que me não tirem as  
 7 pérolas.

Vamos à que acabo de colher. Todos os anos, em se  
 aproximando o entrudo, a Câmara manda correr um edital que o  
 10 proíbe, citando a postura e apontando as penas. Até aqui a ostra;  
 agora a pérola. Este ano a Câmara fez saber duas coisas: primeiro,  
 que a postura está em seu inteiro vigor; segundo, que deve ser  
 13 cumprida *literalmente*. Sim, meu senhor, *literalmente*; deve ser  
 cumprida *literalmente*.

(...)

16 Isto em trocos miúdos, quer dizer: Meus filhos, olhem que  
 agora é sério. Estou cansada de publicar editais que nem mesmo os  
 ingleses vêem. Não, não pode ser. Canso-me em dizer que atirar água  
 19 é um delito, encrespo as sobranceiras, pego na vara de marmeleiro,  
 e é o mesmo que se caísse um carro. Nada, agora é sério. Hão de  
 cumprir literalmente a postura, ou vai tudo raso.

22 Entretanto, a coisa é menos fácil do que parece. A postura  
 impõe multa aos que jogam entrudo, e, não podendo o infrator pagar  
 a multa, sofrerá “dois a oito dias de prisão”; sendo escravo, porém,  
 25 sofrerá “dois a oito dias de cadeia”. Como encaminhar literalmente  
 esses dois infratores, um para a prisão, outro para a cadeia? Se não  
 fosse a condição da literalidade, eu, no caso dos urbanos, mandava-os  
 28 ambos para o xilindró, que é um meio-termo; mas devendo ser literal,  
 não saberia que fazer.

(...)

31 Mas o que o leitor não suspeita é que não lhe dou esta  
 pérola, e assim castigo a incredulidade com que me recebeu. Vou  
 restituí-la à matrona municipal. Ela a porá ao colo, nos três dias de  
 34 entrudo, para assistir ao baile dos limões-de-cheiro, que promete ser  
 esplêndido, tão esplêndido que ela acabará por dançar com os outros.

Se assim acontecer, que fará a Câmara nos anos seguintes?

37 Terá de recorrer a outros advérbios, *ferrenhamente*, *implacavelmente*,  
*terrivelmente*, e sempre inutilmente, porque nestas coisas, amiga  
 minha, ou se trata de um recreio popular, e é preciso fazer como  
 40 aquele chefe de polícia, que o trocou por outro; — ou se trata de  
 eleições, e então, antes de dar um advérbio à execução das leis, é  
 melhor dar-nos o sentimento da legalidade, que está muito por baixo.

43 E depois, pode ser que o povo imagine que o direito de fazer  
 entrudo, como o de expor ossos de defunto nas vitrinas, é  
 constitucional. Se assim for, creia a Câmara que ele há de defendê-lo,  
 46 a todo custo, considerando que, se hoje lhe tirasse o de jogar água,  
 amanhã pode tirar-lhe o de profanar ossos nas vitrinas da Rua do  
 Ouvidor. Premissa traz conseqüência; liberdade morta, liberdade  
 49 moribunda. Ou mais derramadamente: as liberdades dependem tanto  
 umas das outras, que o dia da morte de uma é a véspera da morte de  
 outra. Vá lá em vinte palavras o que estava em duas.

Machado de Assis. *Crônicas — Balas de estalo*. In: *Obra Completa* — volume III. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 438-9.

Em relação às idéias e estruturas lingüísticas do texto, julgue os itens que se seguem.

- 1 Em “liberdade morta, liberdade moribunda” (ℓ.48-49), a vírgula pode ser substituída, sem prejuízo para a correção gramatical e para a informação do período, pela expressão **significa, imediatamente a seguir, outra**.
- 2 No segundo parágrafo, a cadeia metafórica composta em relação a “costa”, “mares” e “pérolas” tem o efeito de sentido de ironia no que se refere ao funcionamento da Câmara Municipal.
- 3 No parágrafo às linhas de 16 a 21, por meio de recurso de personificação, o autor dá voz à Câmara Municipal.
- 4 A oração iniciada por “não podendo” (ℓ.23) tem valor concessivo.
- 5 O autor do texto discute a idéia de que a interpretação literal da norma exigiria que os termos “prisão” e “cadeia” fossem compreendidos com significados diferentes, o que poderia provocar dúvidas na imposição de pena aos infratores.
- 6 Pelos sentidos do texto, a expressão “matrona municipal” (ℓ.33) indica tratamento cerimonioso e respeitoso em relação à instituição a que se refere.
- 7 Em “defendê-lo” (ℓ.45), o pronome “-lo” refere-se a “povo” (ℓ.43).

1 O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e  
discriminações, especialmente contra as comunidades  
indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que  
4 não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou  
uma obra de resistência e construção nacional admirável.  
Construiu, ao longo do século, uma nação plural,  
7 diversificada, contraditória até, mas que se estende de uma  
ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos  
orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba  
10 do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco  
mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja.  
Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São  
13 Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e  
da região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma  
língua, partilha os mesmos valores fundamentais, sente-se  
16 brasileira.

Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram,  
dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e  
19 árabes conversam sem medo, onde, toda migração é bem-  
vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa  
própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada  
22 migrante se transforma em mais um brasileiro.

Luis Inácio Lula da Silva. *Discurso de Posse.*

Com referência aos sentidos e às estruturas lingüísticas do texto  
acima, julgue os itens seguintes.

- 8 Estaria gramaticalmente correta, à linha 14, a redação **região Centro-Oeste, esta é uma nação...**
- 9 A expressão “é grande” (ℓ.1) restringe-se à extensão territorial do Brasil.
- 10 A inserção de **Essa nação vai dos** no lugar de “Dos”, antes de “encantados da Amazônia” (ℓ.8), prejudica a correção gramatical do período e altera o significado original da informação.
- 11 Antes de “Onde a mestiçagem” (ℓ.17), subentende-se a repetição da expressão “Esta é uma nação”, que inicia o período antecedente.
- 12 Os sinais de ponto-e-vírgula às linhas de 9 a 11 podem, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituídos por vírgulas.

1 O Estado democrático estabelece o direito, a fim  
de que o limite da liberdade de cada um seja a liberdade dos  
outros. O Brasil livrou-se da tutela do arbítrio e não aceita  
4 a tutela da coação, nem o intimidam facções ou grupos.

A liberdade implica o compromisso de fortalecer  
o poder político contra a insegurança de abalos  
7 institucionais. Ouvir a todos e conviver com todos, sem  
discriminação. Tolerância não significa concordância.(...)

A liberdade não se esgota na vontade institucional.  
10 Ela tem de ser capaz de gerar direitos sociais, para ser a  
liberdade que não permita a morte pela fome, pelas  
doenças, pela insegurança das cidades e pela ausência de  
13 trabalho. Enfim, a liberdade é a vida; é uma perspectiva de  
vida feliz.

Mas o exercício da liberdade tem de ser integral.  
16 Indissociáveis são as liberdades política, econômica e  
social. Todos sabem que, onde morreu a liberdade  
econômica ou existe a servidão social, a liberdade política  
19 não existe. Querer a liberdade política sem garantir o poder  
criador competitivo da iniciativa privada é não conhecer  
a realidade da História. Querer liberdade econômica,  
22 convivendo com a injustiça social e com a miséria, é admitir  
uma sociedade de privilégios que termina na violência e no  
silêncio das ideologias.

José Sarney. *Discurso de Posse.*

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 13 A linguagem do primeiro parágrafo do texto é inadequada para a redação de correspondências oficiais em razão de sua subjetividade.
- 14 A expressão “a fim de que” (ℓ.1-2) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e para o sentido original do período, ser substituída por qualquer uma das seguintes: **para que, com o objetivo de que, conquanto que.**
- 15 Em “nem o intimidam” (ℓ.4), “o” é pronome que se refere ao antecedente “arbítrio” (ℓ.3).
- 16 Em “implica o compromisso” (ℓ.5), a substituição de “o” por **com** mantém a correção gramatical e a informação original do período.
- 17 Imediatamente antes da palavra “Tolerância” (ℓ.8), pela relação que a oração estabelece com o período anterior, caberia o emprego da conjunção **Entretanto**, seguida de vírgula e letra minúscula.
- 18 O trecho “ser integral. Indissociáveis são as liberdades” (ℓ.15-16) admite, sem prejuízo para a correção gramatical do texto, a seguinte reescrita: ser integral, uma vez que são indissociáveis as liberdades.
- 19 As vírgulas logo após “que” (ℓ.17) e “social” (ℓ.18) justificam-se por isolar oração subordinada adjetiva restritiva deslocada de sua posição na ordem direta.
- 20 A substituição de “convivendo” (ℓ.22) por **já que se convive** mantém a correção gramatical e o sentido original do período.

Acerca da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do DF, julgue os seguintes itens.

- 21 A iniciativa comum pode ser exercida pelo governador do DF, por qualquer membro ou órgão da CLDF e pelos cidadãos.
- 22 Procedimento legislativo é o conjunto de atos pré-ordenados que objetivam a formação das leis mediante a colaboração entre os poderes do DF.
- 23 O procedimento legislativo, disciplinado pelo Regimento Interno da CLDF, pode ser ordinário, sumário ou especial.
- 24 No âmbito do Poder Legislativo do DF, denomina-se lei complementar aquela que disciplina matéria que a LODF determina como seu objeto, e resolução, a lei que disciplina, com efeito externo, matéria de competência privativa da CLDF.

No que se refere ao Regimento Interno da CLDF, julgue os próximos itens.

- 25 Os conselhos de representantes comunitários funcionam junto às administrações regionais como órgãos deliberativos, consultivos e fiscalizadores dos atos de gestão dos administradores.
- 26 A denominação Câmara Legislativa decorre da fusão dos nomes atribuídos às casas legislativas dos municípios e dos estados-membros da Federação, respectivamente.
- 27 As sessões legislativas ordinárias têm a duração de nove meses e meio e são divididas em dois períodos, sendo o primeiro iniciado em 1.º de fevereiro e o segundo, em 1.º de agosto.
- 28 Na sessão legislativa extraordinária, a CLDF somente deliberará sobre a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- 29 Cabe à Mesa Diretora organizar a relação dos deputados distritais, que deverá ser concluída após a sessão de posse.
- 30 A criação das regiões administrativas do DF ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria simples dos deputados distritais, e sua extinção dar-se-á mediante maioria absoluta.

Quanto à Constituição Federal e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

- 31 Os direitos e garantias fundamentais integram a proteção constitucional mais importante dirigida aos indivíduos, aos grupos e, em certos casos, até às pessoas jurídicas; apesar disso, esses direitos não têm caráter absoluto, portanto podem sofrer limitações.
- 32 O Brasil adota uma Constituição de tipo rígido e formal, de maneira que as únicas normas de nível constitucional, no país, são a própria Constituição e as emendas constitucionais regularmente aprovadas pelo Congresso Nacional.

Julgue os itens a seguir, acerca da organização do Estado e do Poder Legislativo.

- 33 Uma das mais importantes formas de atuação do Poder Legislativo consiste nas comissões parlamentares de inquérito que se destinam a investigar possíveis atos ilícitos, os quais devem ser determinados para se permitir a instauração válida da comissão. Essas comissões devem funcionar por prazo certo e têm poderes de investigação semelhantes aos das autoridades judiciárias, muito embora determinadas medidas somente possam ser decretadas pelo Poder Judiciário, como é o caso da prisão preventiva.
- 34 Em relação ao DF, é correto afirmar que, embora ele possua as competências reservadas aos estados-membros, não pode ser dividido em municípios; ele é regido por lei orgânica votada em dois turnos por sua Câmara Legislativa, com intervalo mínimo de dez dias entre as votações.

Em relação à tributação e às finanças públicas, julgue os itens seguintes.

- 35 É privativa da União a competência para emitir moeda, a qual é exercida pela Casa da Moeda do Brasil.
- 36 No que tange à repartição das competências tributárias, a competência para instituir taxa será da pessoa jurídica de direito público que preste serviço de qualquer natureza ao qual a taxa esteja associada, ou que exerça poder de polícia do qual a taxa decorra.
- 37 Em virtude do princípio constitucional da legalidade, apenas a lei em sentido formal, isto é, aquela aprovada pelo Poder Legislativo após o devido processo, pode criar ou majorar tributos; em consequência, o Poder Executivo não pode fazê-lo por meio de medida provisória.

Julgue os itens que se seguem, a respeito da LODF e da organização do DF.

- 38 Um indivíduo não-nascido no Brasil não pode ser eleito governador do DF, à luz das disposições da LODF.
- 39 De acordo com a LODF, um dos objetivos prioritários do DF consiste em preservar o conjunto urbanístico de Brasília, de suas cidades-satélites e do chamado Entorno do DF, de maneira a se preservar sua identidade, adequando-se as exigências do desenvolvimento à defesa de sua memória, de sua tradição e de suas peculiaridades.
- 40 Se, em determinado ano, um anteprojeto de lei for rejeitado pela CLDF, a matéria dele constante poderá ser reapresentada a esse órgão na mesma sessão legislativa, desde que a maioria absoluta dos membros da casa assim proponha; por outro lado, se o veto do Poder Executivo a um projeto de lei for derrubado pela CLDF, o projeto poderá vir a ser promulgado pelo próprio presidente da Câmara, caso o governador não o faça dentro de certo prazo.

No atinente aos atos administrativos, ao controle da administração pública, aos contratos administrativos e aos agentes administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 41 A atuação de particulares em colaboração com o poder público pode ocorrer até independentemente de remuneração, bem como em situações nas quais a remuneração não é paga pelo ente público, mas por pessoas jurídicas de direito privado.
- 42 Para, pelo menos, parte da doutrina especializada, não obstante o dever de legalidade da administração pública, esta pode, em casos excepcionais e observadas certas condições, deixar de declarar a invalidade de um ato administrativo, quando constatar e justificar cabalmente que a anulação causará mais mal que a manutenção do ato.
- 43 Uma das modalidades mais relevantes de controle da administração pública é o realizado por ela própria, o qual decorre do poder de autotutela dos entes e órgãos públicos; esse controle interno fundamenta-se no princípio da legalidade e pode ser tanto realizado de ofício quanto mediante provocação do interessado; pode, ainda, ser preventivo, concomitante ou posterior.
- 44 Devido à presunção de validade dos atos da administração pública e à formalidade a eles inerente, os contratos administrativos concernentes a direitos reais sobre imóveis não precisam ser lavrados em serviço notarial.

Julgue os itens a seguir, no que tange aos poderes e princípios básicos da administração e aos serviços públicos.

- 45 De acordo com Celso Antônio Bandeira de Mello, o princípio da adaptabilidade implica a atualização e a modernização dos serviços públicos, ainda que isso ocorra apenas em função das possibilidades materiais do poder público.
- 46 O poder regulamentar é a única maneira pela qual se exerce a função normativa do Poder Executivo.
- 47 Por força do princípio do devido processo legal, a administração deve sempre comunicar ao interessado qualquer decisão que lhe afete a propriedade ou a liberdade; essa comunicação deve ser feita, em regra, previamente à prática do ato, mas poderá ser posterior, em situações excepcionais.

Referentemente à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 8.666/1993), à Lei n.º 8.112/1990, da União, na forma consolidada pelo Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, e à Lei de Permissões e Concessões, julgue os itens seguintes.

- 48 Uma das características essenciais das concessões e permissões de serviços públicos consiste em que a remuneração do prestador do serviço se faz, necessariamente, mediante a cobrança de tarifa dos usuários, de maneira a não onerar o Estado pela prestação da atividade.
- 49 As sociedades de economia mista e empresas públicas exploradoras de atividade econômica não estão obrigadas a licitar.
- 50 Nos termos do Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, que consolidou a aplicação, no DF, da Lei n.º 8.112/1990, da União, a responsabilidade do servidor do DF pelo cometimento de ilícito pode ser, de modo cumulativo, de natureza cível, penal e administrativa, e de modo relativamente independente; no caso de o agente público cometer ato sujeito à pena de demissão, esta pode ser aplicada ainda que o servidor não tenha sofrido sanção anterior.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Texto para os itens de 51 a 57.

- 1 Crítico severo da venalidade oficial, Padre Vieira, consultado por dom João IV sobre a conveniência de haver no Maranhão e Grão-Pará dois capitães-mores, disparou em  
4 resposta: “Digo que menos mal será um ladrão que dois; e que mais dificultoso será de achar dois homens de bem que um”. Nos sermões tampouco deixava de denunciar a  
7 corrupção: “Se o que elegestes furta (não o ponhamos em condicional, porque claro está que há de furta), furta o que elegestes, e furta por si e por todos os seus”. Uma  
10 autoridade, afirmava, jamais devia ser empossada em lugar “onde se aproveite e nos arruine; onde se enriqueça a si e deixe pobre o Estado”.

Emanuel Araújo. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, 2.ª ed., p. 291 (com adaptações).

Considerando os sentidos e os aspectos lingüísticos do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 51 O vocábulo ‘onde’, nas duas ocorrências na linha 11, tem a mesma classificação morfossintática que o vocábulo ‘onde’ empregado no seguinte trecho, também de autoria do Padre Vieira: “ (...) esta é a causa original das doenças do Brasil: tomar o alheio, cobiças, interesses, ganhos e conveniências particulares por onde a Justiça se não guarda e o Estado se perde.”
- 52 Padre Vieira recusa o condicional (l.7-8) por ser tal recurso lingüístico incompatível com as características estilísticas da oratória cultista e conceptista do autor.
- 53 Do comparativo ‘menos mal será um ladrão que dois’ (l.4) depreende-se o seguinte raciocínio argumentativo: Se é ruim ter um ladrão, pior será ter dois ladrões; portanto, ter apenas um ladrão é melhor.
- 54 Se os verbos introdutórios de discurso direto empregados no texto fossem dispostos em ordem crescente de força comunicativa, a forma verbal “afirmava” (l.10) viria antecedendo o predicado “disparou em resposta” (l.3-4).

A partir das idéias e de aspectos morfossintáticos do texto, julgue os seguintes itens.

- 55 Rege o plural de capitães-mores a norma transcrita a seguir. Nos substantivos compostos, ambos os elementos tomam a forma de plural quando constituídos de dois substantivos. Desse modo, obedecem à mesma norma os compostos: **obra-prima, salvo-conduto, abaixo-assinado, tenente-coronel**.
- 56 Se, por hipótese, dom João IV reclamasse posteriormente junto a Vieira das roubalheiras dos dois capitães-mores nomeados para o Maranhão e Grão-Pará, a resposta que poderia ouvir do padre estaria correta na seguinte forma: “Majestade, eu vo-lo adverti.”
- 57 Os versos seguintes, escritos por Tomás Antônio Gonzaga, sobre os cobradores e devedores de impostos no Brasil colonial, fazem parte dos atos relacionados à venalidade.  
(...)  
aquele que não quer propor demandas,  
promete-lhe a metade, ou mais ainda,  
das somas que lhe entrega, e ele as cobra,  
fingindo que as tomou em pagamento,  
das dívidas do rei.

## Texto para os itens de 58 a 65.

1 O discurso cairuense particulariza-se, do ponto da  
organização formal e da estratégia teórico-ideológica, na  
articulação parlamentar.

4 Em linhas gerais, pode-se dizer que ele se  
caracteriza pelo relato simples e objetivo e pela análise dos  
problemas nacionais mais candentes da época.

7 E o faz dentro da melhor técnica, combinando o  
jogo da eloquência com o exame metucioso e realista das  
proposições que lhe são submetidas.

10 Usa a retórica de uma forma que convém ao estilo  
da casa, sem as palavras alçarem vôos insopitáveis, ao  
ambiente em que tramitam os projetos da política e da  
13 administração públicas, voltados para a dialética do  
concreto, para a gerência das circunstâncias tumultuadas  
ou desafiantes de problemas que emergem da sociedade  
16 brasileira: os econômicos, os políticos, os jurídicos, etc.,  
numa complexidade que reclama o estudo detido, a discussão  
aberta e atualizada, por vezes a retrospectiva histórica. Mas  
19 sempre a demandar o senso real das coisas.

João Alfredo de Sousa Montenegro. *O discurso autoritário de Cairu*.  
Brasília: Senado Federal, 2000, Coleção Brasil 500 anos, 2.<sup>a</sup> ed., p. 235.

Considerando os sentidos e as estruturas linguísticas do texto  
acima, bem como as noções que cercam o conceito de retórica e  
argumentação, julgue os itens subseqüentes.

- 58 Quando se atribui às palavras o poder de “alçarem vôos insopitáveis” (l.11), está-se lançando mão de uma figura de estilo chamada metonímia.
- 59 Os traços mencionados no segundo parágrafo, que, segundo o autor, caracterizam o discurso cairuense, constituem a essência da retórica parlamentar. Sem tais traços, não se logra produzir esse tipo de discurso.
- 60 Constituem os argumentos matéria-prima da retórica. Diz-se que um argumento é convincente quando ele é capaz de fazer o destinatário migrar de uma idéia para adotar outra defendida pelo seu interlocutor.
- 61 A **peroração** e a **conclusão** são partes essenciais e obrigatórias que toda peça de retórica parlamentar deve conter. Não o é, contudo, a **introdução**, pois esta se presta, no plano do conteúdo, a digressões temáticas e, no plano do estilo, a intervenções subjetivas e emocionais.
- 62 A respeito das orações adjetivas “que lhe são submetidas” (l.9) e “que emergem da sociedade brasileira” (l.15-16), são corretas as seguintes afirmações: ambas têm caráter restritivo; em ambas, o pronome relativo exerce a função sintática de sujeito e o predicado é verbal.

Julgue os seguintes itens, a respeito da oração “E o faz” (início do terceiro parágrafo) e dos processos de coesão correlatos.

- 63 Tomando-se apenas a tipologia verbos de ação/verbos de estado, é correto afirmar que, em função anafórica, o verbo **fazer** substitui verbos de ação, e o **ser**, verbos de estado.
- 64 Nessa oração, identifica-se, pela ordem: uma conjunção coordenativa, um pronome pessoal e um verbo vicário.
- 65 Analisada sintático-semanticamente, a oração apresenta: um sujeito subentendido, que é Cairu; um predicado verbal com verbo transitivo direto; e um objeto direto, que é o pronome “o”, que retoma o sentido de “O discurso cairuense” (l.1).

## A cigarra e as formigas

1 Durante o inverno, as formigas trabalhavam para  
secar o grão úmido, quando uma cigarra, faminta, lhes pediu  
algo para comer. As formigas lhe perguntaram: “Por que, no  
4 verão, não reservaste também o teu alimento?”. E a cigarra  
respondeu: “Não tinha tempo, pois cantava, alegrando o  
mundo com minha melodia”. E as formigas, rindo, disseram:  
7 “Pois bem, se cantavas no verão, dança agora no inverno”.

Moral: Descuidar de certos trabalhos pode trazer tristeza e  
faltas.

Esopo. *Fábulas* – texto integral, São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 161.

A partir da compreensão e análise do texto acima e dos conceitos  
que cercam o gênero “fábula”, julgue os itens a seguir.

- 66 Se o tratamento dado à cigarra pelas formigas fosse o de segunda pessoa do plural, as falas seriam: **Por que, no verão, não reserváveis também o vosso alimento? e Pois bem, se cantáveis no verão, dançai agora no inverno.**
- 67 A peculiaridade das fábulas reside fundamentalmente na apresentação direta de virtudes e defeitos do caráter humano, ilustrados pelo comportamento antropomórfico dos animais. Devido a tal caráter, a prosopopéia é figura de estilo recorrente nas fábulas.
- 68 A presença do ensinamento moral nas fábulas esópicas — de que é exemplar a fábula **A cigarra e as formigas** — permite que sejam elas vistas como uma forma da arte de persuadir.
- 69 Na construção dessa fábula, foram acionados dois campos semânticos opostos, que, trazidos para a época atual, representam o **trabalho** e o **ócio**. Ao primeiro correspondem os termos e as expressões: “trabalhavam” (l.1), “secar o grão úmido” (l.2), ‘rindo’ (l.6); ao segundo, correspondem: “faminta” (l.2), ‘cantava’ (l.5), ‘alegrando o mundo com minha melodia’ (l.5-6).
- 70 Inexistem, na fábula, marcas linguísticas que denunciem julgamento das atitudes dos personagens pelo autor.



Tomando como referência o texto acima e suas evocações, julgue os itens a seguir.

- 71 No segundo quadrinho, elementos como o tom do discurso, a escolha lexical e o arranjo sintático contribuem para caracterizar o nível da fala da cigarra como informal.
- 72 Para depreender as relações de sentido e o efeito de humor do quadrinho, o leitor necessita acionar o conhecimento prévio da fábula da cigarra e das formigas.
- 73 Porquanto os versos que canta a cigarra se revestem de ironia (tropo que consiste em exprimir, intencionalmente, o contrário do que se pensa), predominam na quadra as funções fática e metalingüística.
- 74 “Viva!” e “Hurra!” são expressões de valor interjetivo. As interjeições caracterizam a fala como constrangente, como algo inevitável, não sendo suscetíveis, portanto, a avaliações em termos de verdade ou falsidade.
- 75 O emprego do hífen, na língua portuguesa, tem a função de distinguir expressões com significado diferente, constituídas de palavras iguais. É o que se verifica no composto “dia-a-dia” (1.º quadrinho) e seu homônimo **dia a dia**, aos quais se atribuem, respectivamente, os seguintes sentidos: **o viver cotidiano e com o correr dos dias**.
- 76 Entre os múltiplos sentidos do verbo “fazer”, coincidem aquele expresso na última fala da cigarra e o contido nesta máxima do Marquês de Maricá: “Os governos fracos fazem fortes os ambiciosos e insurgentes.”

### Olha o pronome aí, gente!

Trata-se do pronome demonstrativo, aquele que não é respeitado nem por jornalistas, que não têm o direito de errar. Está na moda também o “neste momento”, no lugar de “agora”, que os ignorantes insistem em dizer “nesse momento”, que pode ser ontem ou 500 anos atrás.

LBP Eclético, **People**, Ano XV, n.º 142/2005, p. 18 (com adaptações).

Considerando as estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os seguintes itens.

- 77 Na segunda linha do texto, a retirada da vírgula que aparece após o termo “jornalistas” acarreta mudança sintático-semântica na oração subsequente. Ela deixa de ser explicativa e se torna restritiva.
- 78 A análise lingüística do texto revela a presença de conclusão não-decorrente das premissas.
- 79 A oposição que faz o autor entre “neste momento” e “nesse momento” focaliza o aspecto espacial do pronome demonstrativo em relação à segunda e à terceira pessoas do ato comunicativo.
- 80 O título do texto consiste em uma frase com valor exortativo, na qual desempenham função significativa a forma verbal no imperativo e a presença do vocativo.

Texto para os itens de 81 a 91.

### Juscelino Kubitschek

- Informa ao Senado ter tomado conhecimento de sua próxima cassação (3/6/1964).

1 O SR. JUSCELINO KUBITSCHKEK — (Para explicar, lê  
2 o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na previsão  
3 de que se confirme a cassação dos meus direitos políticos, que  
4 implicaria na cassação do meu direito de cidadão (ser candidato  
5 do Partido Social Democrático ao futuro pleito presidencial) e de  
6 representante do povo de Goiás, julgo de meu dever dirigir, desta  
7 tribuna, algumas palavras à Nação brasileira. Faço-o agora para  
8 que, se o ato de violência vier a consumir-se, não me veja eu  
9 privado do dever de denunciar o atentado que na minha pessoa  
10 vão sofrer as instituições livres. Não me é lícito perder uma  
11 oportunidade que não me pertence, mas pertence a tudo o que  
12 represento nesta hora. (...)

13 Se me forem retirados os direitos políticos, como se  
14 anuncia em toda a parte, não me intimidarei, não deixarei de lutar.  
15 Do ponto de vista de minha biografia, só terei do que me orgulhar  
16 desse ato. Lamento apenas que a Nação, através do Partido que  
17 recentemente me indicou para as eleições de 65, sofra essa vil  
18 afronta. Mas essa mesma afronta terá reparação certa pelas urnas,  
19 ao primeiro ensejo, com qualquer outro nome pessedista.

20 Por que, então, Sr. Presidente, é o caso de perguntar-me,  
21 se me deveria envaidecer de tão grande privilégio — o de ser  
22 alvo principal da luta antidemocrática — por que me invade neste  
23 instante uma tristeza das mais terríveis por que já passei em toda  
24 a minha acidentada vida pública? Essa tristeza nasce, sem dúvida  
25 de que, se por um lado me oferecem uma oportunidade de glória,  
26 por outro lado ferem o nosso País, humilhando na minha pessoa  
27 a nossa civilização, degradando-nos no conceito das demais  
28 nações livres e fazendo na Revolução algo que merecerá o repúdio  
29 de todos os democratas do mundo. É com esse terrível sentimento  
30 de pesar que espero a consumação da iniquidade que anunciam  
31 para breve.

Grandes momentos do parlamento brasileiro. Brasília:  
Senado Federal, Presidência, 1998, vol. 1, p. 311-2.

Considerando as relações de significação do texto acima, julgue os seguintes itens.

- 81 O terceiro parágrafo se estrutura em torno de uma dúvida, em cuja resposta se confrontam os seguintes pares antitéticos: vaidade e tristeza; glória e humilhação; pesar e iniquidade.
- 82 No discurso de Juscelino Kubitschek, identifica-se estratégia argumentativa característica da retórica parlamentar, que consiste em esconder os fatos negativos da biografia do orador e enaltecer o que possui de positivo, seja feitos políticos, seja qualidades de caráter.
- 83 Juscelino Kubitschek trata, em seu discurso, de duas realidades: a do momento em que profere o discurso, em que usufrui de seus direitos políticos; e a de um futuro anunciado para breve, no qual poderá ser cassado. Pertence à realidade futura o seguinte conjunto de termos: “ato de violência” (l.8), “atentado” (l.9), “orgulhar desse ato” (l.15-16), “essa vil afronta” (l.17-18), “tão grande privilégio” (l.21), “oportunidade de glória” (l.25).
- 84 Ao transferir de sua pessoa para “as instituições livres” (1.º parágrafo), para a “Nação” (2.º parágrafo) e para “a nossa civilização” (3.º parágrafo) a “vil afronta” (l.17-18) de sua iminente cassação, Juscelino se utiliza do recurso argumentativo da antecipação, ou seja, o de enunciar uma contraprova para se antecipar a uma possível objeção do destinatário.
- 85 O discurso em questão se vale de recursos que evidenciam a intenção de não revelar, de indeterminar o agente de determinadas ações verbais. Dois deles são: o emprego da voz passiva, como em “Se me forem retirados os direitos políticos” (l.13), e o emprego de verbo flexionado na terceira pessoa do plural, como em “ferem o nosso País” (l.26).

Considerando aspectos morfosintáticos do discurso de Juscelino Kubitschek, julgue os itens subseqüentes.

- 86 Analisando-se sintaticamente o último período do texto, constata-se que: **seja consumada a iniquidade** substitui o objeto direto de “espero”, sem alterar a transitividade do verbo; nele identifica-se anástrofe (inversão na ordem direta); “que anunciam para breve” (ℓ.30-31) é oração adjetiva; “da iniquidade” (ℓ.30) é complemento nominal.
- 87 Afirma o filólogo Martinz de Aguiar que a colocação dos pronomes átonos em português “obedece a um complexo de fatores, fonético (rítmico), lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico (...)”. Em conformidade com tal afirmação, estão corretas as seguintes reescritas de construções lingüísticas do texto: **vier a se consumir** / “vier a consumir-se” (ℓ.8); **é o caso de me perguntar** / “é o caso de perguntar-me” (ℓ.20); **se deveria envaidecer-me** / “se me deveria envaidecer” (ℓ.21).
- 88 A voz passiva está presente nas seguintes construções sintáticas: “na previsão de que se confirme a cassação dos meus direitos políticos” (ℓ.2-3); “se o ato de violência vier a consumir-se” (ℓ.8); “não me veja eu privado do dever de denunciar o atentado” (ℓ.8-9); “que merecerá o repúdio de todos os democratas do mundo” (ℓ.28-29).
- 89 Os dois termos “por que”, que aparecem em “por que me invade” (ℓ.22) e em “por que já passei” (ℓ.23) são analisados, respectivamente, como: preposição **por** + pronome interrogativo **que**; preposição **por** + pronome relativo **que**.
- 90 Constitui paráfrase do período “Faço-o agora (...) as instituições livres” (ℓ.7-10) o trecho a seguir, que poderia ser permutado com aquele, sem prejuízo do sentido geral do texto: Dirijo-me, neste momento, ao País para que, caso a iniquidade venha a se abater sobre mim, não esteja eu impedido de cumprir a obrigação de delatar a violência que na pessoa deste parlamentar sofrerão as instituições democráticas.
- 91 O último período do primeiro parágrafo é construído sintática e semanticamente com base nas figuras de linguagem denominadas assíndeto e hipérbole.

Texto para os itens de 92 a 98.

### *Nosotros*

- 1 Descobertos por povo marítimo e povo marítimo **nós** mesmos (sempre tivemos as costas largas), era natural que medida marítima, o **nó** náutico, nos fosse tão importante.
- 4 Como, daí em diante, foram importantíssimos pra **nós** os **nós** da madeira do pau-brasil que exportávamos com **nó** na garganta (sabendo já que exportávamos meio ambiente), ameaçados pelo **nó** da força portuguesa.

Millôr Fernandes. *Veja*, 30/11/2005, p. 30.

Tendo como base o texto acima, julgue os itens a seguir.

- 92 Considerando-se o trabalho realizado pelo autor sobre a própria mensagem e a evidência colocada no lado palpável dos signos (Jakobson), diz-se que está presente no texto a função poética da linguagem, independentemente de ele se apresentar em formato de prosa.
- 93 A expressão “sempre tivemos as costas largas” (ℓ.2) admite, no contexto em que está empregada, pelo menos duas leituras: a de que sempre obtivemos a proteção de alguém e a de que nosso país tem grande extensão de litoral. Nela se revela, portanto, ambigüidade.

Ainda tendo como base o texto *Nosotros*, julgue os itens abaixo.

- 94 Uma análise dos sintagmas do texto compostos com o substantivo “nó” permite afirmar que “o nó náutico” (ℓ.3) constitui paráfrase de “medida marítima”; “nó na garganta” (ℓ.5-6) é expressão clichê, que denota **dificuldade de falar**; na expressão “nó da força portuguesa” (ℓ.7), identifica-se figura de estilo denominada personificação ou animismo.
- 95 A palavra *nosotros* não pertence ao léxico da língua portuguesa. Ao buscar em outra língua o título do texto, o autor está contribuindo para desnacionalizar a língua portuguesa, por meio da infiltração de estrangeirismos ou empréstimos desnecessários.
- 96 No primeiro período do texto, estabelece-se uma relação de causa/conseqüência que pode, desfazendo-se a elipse, ser explicitada da seguinte maneira: Dado que fomos descobertos por povo marítimo e sendo povo marítimo nós mesmos, era natural que medida marítima (...) nos fosse tão importante.
- 97 Há evidência material de que o autor, no jogo de palavras com que construiu o texto, deu preferência ao pronome tônico em detrimento do pronome átono.
- 98 O texto estabelece a oposição entre **os nós da madeira foram importantíssimos para nós versus atuação extrativista dos colonizadores**. Tal oposição permite ao autor manifestar sua resignação com o modelo colonial português: o explorador.

Texto para os itens de 99 a 106.

As conseqüências da escravidão não atingiram apenas os negros. Do ponto de vista que aqui nos interessa — a formação do cidadão —, a escravidão afetou tanto o escravo como o senhor. Se o escravo não desenvolvia a consciência de seus direitos civis, o senhor tampouco o fazia. O senhor não admitia os direitos dos escravos e exigia privilégios para si próprio. Se um estava abaixo da lei, o outro se considerava acima. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e à arrogância de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos.

José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 53 (com adaptações).

A respeito das idéias do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 99 O seguinte trecho, escrito por Matilde Ribeiro (FSP, 11/12/2005), poderia dar continuidade ao texto, visto que ambos compartilham as assunções de base: “O fim do sistema escravista, há mais de cem anos, alterou o regime jurídico dos antigos escravizados. Porém, não trouxe a perspectiva de libertação dos descendentes de negros com plena inserção na sociedade, no mercado de trabalho, no sistema educacional, no acesso à moradia digna, à posse da terra, à cidadania”.
- 100 Ao enunciar a frase negativa do início do texto, o autor dá a entender que se contrapõe à respectiva proposição afirmativa, para o que contribui a explicitação do ponto de vista que rege sua interpretação da escravidão.
- 101 O texto ilustra o fato de que, no Brasil, os direitos civis não são desenvolvidos com a necessária igualdade em virtude da inexistência de leis que combatam os privilégios de uma minoria arrogante.
- 102 De acordo com a linha de raciocínio desenvolvida no texto, deduz-se que, apesar da brutal assimetria entre escravos e senhores — os primeiros reduzidos a “coisas” de propriedade dos segundos —, foram ambos vítimas de uma mesma escravidão que lhes barrou o desenvolvimento da consciência dos direitos civis.



No que diz respeito à organização lingüística do texto, julgue os seguintes itens.

- 103** O quarto período admite várias formas de reescritura, entre as quais estão corretas as que se seguem: (1) Os direitos dos escravos não eram admitidos pelo senhor; antes, exigiam privilégios para ele mesmo. (2) Os direitos dos escravos não o admitia o senhor; ao contrário, exigia privilégios para si mesmo. (3) Não admitia o senhor os direitos dos escravos — o que fazia era exigir privilégios para si próprio.
- 104** A construção sintática do texto privilegiou a composição por coordenação, com predomínio de períodos com o máximo de duas orações. No plano da progressividade das idéias, utilizam-se recursos coesivos como a repetição de palavras e a anáfora pronominal.
- 105** O advérbio “tampouco” admite como variante a forma **tãopouco**.
- 106** Caso se queira inverter a posição sintática do sujeito e do objeto da oração, no último período, a reescritura correta é: Ainda hoje, apesar das leis, ao desfavorecimento e à humilhação de muitos correspondem os privilégios e à arrogância de poucos.

1 Lançar uma palavra aos quatro ventos como se entendêssemos do que se trata não quer dizer que a gente viva segundo ela. A ética, por exemplo, tem sido expulsa de  
4 muitos dos nossos cenários atuais, em que é mais citada do que vivida. Há de nos contemplar, consternada, a pobre  
7 senhora: não do Olimpo dos deuses inatingíveis, mas nas esquinas da nossa mais simples humanidade, onde a  
abandonamos em troca de comportamentos irracionais, corruptos ou boçais, desrespeitosos ou grotescos, segundo o  
10 jeito e a vivência de cada um.

Lya Luft. *Em outras palavras*. Veja, 30/11/2005.

Referentemente ao texto de Lya Luft, julgue os itens a seguir.

- 107** No texto, “Lançar uma palavra aos quatro ventos” (ℓ.1) é sujeito de “não quer dizer” (ℓ.2); o verbo **haver** em “Há de nos contemplar” (ℓ.5) é impessoal; são co-referenciais os termos: “ela” (ℓ.3), “ética” (ℓ.3) e “a pobre senhora” (ℓ.5-6).
- 108** O parágrafo está construído segundo o que se considera o padrão de um parágrafo: o primeiro período encerra o tópico frasal; no segundo, consta o desenvolvimento por exemplificação; o terceiro apresenta a conclusão.
- 109** Aplicada à sermonística, a tese do texto encontra consonância nos dizeres de Vieira no **Sermão da Sexagésima**: “Ter nome de pregador, ou ser pregador de nome não importa nada; as ações, a vida, o exemplo, as obras são as que convertem o mundo”.
- 110** O texto defende a idéia de que palavras e ações constituem dupla de tal modo coesa que as palavras são efetivamente verdadeiras quando se fala delas e se age segundo o que elas significam.

As idéias que nortearam a construção de Brasília partiram da noção de ponto de crescimento. Nas palavras de Juscelino Kubitschek de Oliveira: “Brasília será a chave de um processo de desenvolvimento que transformará o arquipélago econômico que é o Brasil em um continente econômico integrado”. Os preparativos para a construção de Brasília começaram em 1956, e, em 1960, era inaugurada a nova capital. Calcula-se que a construção de Brasília mobilizou de 2% a 3% do Produto Nacional Bruto (PNB) durante o período. A transferência da capital foi, de fato, um ponto de crescimento, pois graças à meta 7 (construção de ferrovias) e, especialmente, às metas 8 e 9 (construção e pavimentação de rodovias), o “arquipélago econômico” começou a transformar-se em um espaço econômico integrado.

A construção de Brasília foi, para JK, uma decisão prioritária. Ainda em plena campanha eleitoral, em um discurso em Goiás, ele apresentava a transferência da capital como um dos objetivos de seu governo. Em 1956, novamente em Goiás, na cidade de Anápolis, JK pediu ao Congresso que examinasse a questão e desse ao governo os meios para alcançar aquele objetivo. Em setembro, daquele mesmo ano, foi sancionada a lei que autorizava o Poder Executivo a tomar as providências para acelerar a construção da nova capital, após ter sido aprovada por unanimidade no Congresso.

Seguindo o “modelo” da preparação para a implementação das outras metas, JK criou um órgão independente (NOVACAP), encarregado do planejamento e da execução da meta-síntese. O novo órgão transformou-se também no *locus* de absorção das incertezas inerentes à construção da nova capital, compondo-se de técnicos altamente qualificados e dispondo de amplos poderes decisórios e executivos.

Celso Lafer. *JK e o programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002, p. 147-8 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos históricos e geográficos relativos a Brasília e ao DF, julgue os itens seguintes.

- 111** Nas palavras do presidente, reproduzidas no texto, fica claro que Brasília deveria desempenhar o papel de centro indutor do desenvolvimento nacional, sem aprofundar as marcantes diferenças regionais existentes. Nesse sentido, ela deveria promover a integração econômica de um país que buscava modernizar-se.
- 112** Resultado de uma decisão política, nascida de compromisso assumido em plena campanha presidencial, a construção da nova capital brasileira no Planalto Central do país não se enquadrava no plano de metas de JK e, sob o ponto de vista da política antiinflacionária praticada no período, chegava mesmo a contradizê-lo.

Ainda tendo o texto anterior, de Celso Lafer, como referência inicial e considerando aspectos históricos e geográficos relativos a Brasília e ao DF, julgue os itens que se seguem.

- 113** Em sua breve história, Brasília já conheceu graves crises políticas, a exemplo da renúncia de Jânio Quadros, da deposição de João Goulart e, sob o regime militar, do fechamento do Congresso Nacional e da invasão da Universidade de Brasília. A nova capital testemunhou, também, expressivas manifestações populares de rua, entre as quais podem ser citados o sepultamento de JK, a campanha pelas eleições diretas e o movimento pelo *impeachment* do presidente Collor.
- 114** Infere-se do texto que o fracasso de uma das metas propostas por JK, justamente a que se referia à expansão da malha ferroviária brasileira, projeto que efetivamente não se concretizou, retirou de Brasília o sentido original integracionista que presidiu sua construção.
- 115** A aprovação unânime da lei que deu ao presidente Juscelino as condições para iniciar a construção de Brasília, tal como informado no texto, desmente a tese largamente difundida de que o processo de transferência da capital para o interior do país, bem como o próprio governo de JK tenham sofrido pesada oposição política.
- 116** Verificou-se, na construção de Brasília, a característica que marcou a administração JK nos mais diversos setores: a utilização de grupos e órgãos técnicos executivos como forma de acelerar os trabalhos e fugir das amarras paralisantes da tradicional máquina burocrática oficial.
- 117** Entre os nomes que se notabilizaram na edificação da nova capital brasileira, podem ser citados o engenheiro Israel Pinheiro, que dirigiu as obras, o arquiteto Lúcio Costa, autor do projeto urbanístico adotado, e Oscar Niemeyer, responsável pelos projetos que conferiram à arquitetura de Brasília traços modernos e singulares.
- 118** Figura central na construção de Brasília, o candango retrata a paisagem social e humana de um país que se movimentava celeremente. Era o Brasil dos anos 50 do século passado, que se urbanizava com extraordinária rapidez e cujo dinamismo econômico, impulsionado pela industrialização, atraía milhares de habitantes que faziam o caminho do campo em direção às cidades.
- 119** Resultado de um planejamento poucas vezes visto no país, o Plano Piloto de Brasília e as cidades que compõem a área geográfica do DF completaram 45 anos de existência conseguindo, a despeito de determinadas alterações inevitáveis, manter viva a utopia de seus criadores, a de uma cidade moderna e igualitária.
- 120** A localização da nova capital, no interior do país, deriva de uma concepção geopolítica estratégica. Apesar de inexistirem estudos demarcatórios relativos ao território escolhido, a questão da segurança em face de um ataque externo — em uma época ainda marcada pelas guerras convencionais — foi decisiva pela escolha de uma área distante do litoral e afastada de bacias hidrográficas.